Dia Internacional da Biodiversidade

Biologia & Ciências

Enviado por: _analazz@seed.pr.gov.br

Postado em:22/05/2018

Dia da Biodiversidade: especialistas alertam sobre problemas que atrapalham ações de sustentabilidade no AM Por Ive Rylo, G1 AM O Dia Internacional da Biodiversidade, celebrado nesta terça-feira (22), é um momento para conscientizar e debater sobre a necessidade de utilizar os recursos naturais de maneira sustentável. Especialistas no Amazonas aproveitam a data e apontam problemas enfrentados no estado, entre eles: a falta de fiscalização mais efetiva, reconhecimento das necessidades da população local e modelos econômicos que vão na contramão da sustentabilidade. “Até agora, os modelos econômicos propostos para nossa região, sempre são baseados em modelos que não contam com a biodiversidade com uma plataforma para o desenvolvimento sustentável”, analisou o Superintendente Técnico Científico da Fundação Amazonas Sustentável, Eduardo Taveira. Com 3.869.639,9 quilômetros quadrados, a Amazônia está presente em mais de 45% do território brasileiro e compreende os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. A floresta também rompe fronteiras e propaga sua exuberância em nove países da América do Sul. Contudo, 60% de todo o verde se concentra em terras brasileiras. Com toda essa riqueza em mãos, pesquisadores defendem que é possível utilizar os recursos naturais, sem impactar negativamente o meio. Para isso, o manejo sustentável somado à participação efetiva das populações ribeirinhas e indígenas são as "cartas na manga" para prolongar o tempo de vida da imensidão verde. Ciência e conhecimento popular De acordo com a diretora de Manejo e Desenvolvimento do Instituto Mamirauá, Isabel Soares de Sousa, o plano de manejo precisa de embasamento técnico-científico e conhecimento da população local. "Deve ter diálogo e respeito entre ambos. O coletivo de manejadores precisa de capacitação técnica, de apoio à organização e educação ambiental", disse Isabel. Ela apontou ainda que a exploração irregular entrega a falta de fiscalização de órgãos oficiais. Além da fiscalização e monitoramento deficitários, a diretora aponta que vencer a burocracia dos órgãos de licenciamento também são desafios que ameaçam ao manejo sustentável. "Tem também os pescadores, agricultores que moram em áreas remotas da Amazônia sem saneamento básico, sem água tratada. Então precisam de apoio para implementar nas infraestruturas deles, sistema de tratamento de água. A cadeia produtiva é precária, precisa de investimento no transporte e no armazenamento", listou. Avanço da fronteira agrícola O Superintendente Técnico Científico da Fundação Amazonas Sustentável, Eduardo Taveira, apontou duas principais ameaças para a construção de planos que auxiliem na geração de emprego e renda, sem que precise ver a floresta posta abaixo. “Temos muitas pressões, principalmente no Sul do estado do Amazonas, em especial com o avanço da fronteira agrícola e com a criação de gado. Todas essas dinâmicas não conversam com o potencial bio-econômico que nós temos”, disse. Ele salientou também que a escoação da produção por estradas, são outros vetores alicerçados no desmatamento indiscriminado. “Do outro lado, nós temos a população ribeirinha, indígena e as populações tradicionais que usam essa biodiversidade para seu sustento. De maneira nenhuma podem ser acusados de contribuir com o desmatamento. Na verdade, as suas ações representam uma baixo impacto nesse ponto de vista, quando considerado com os problemas relacionados, por exemplo, com o avanço da fronteira agrícola no sul do

estado”, apontou Taveira. Ele defende tirar a ideia de biodiversidade do papel, para que a mesma se torne uma ferramenta importante para auxiliar na economia do país, sem que precise desaparecer do mapa. "O que a gente pode fazer é pensar na biodiversidade como uma transformação para uma economia do futuro. Todo mundo fala que a gente vive em cima da riqueza, e com ela (a biodiversidade) possamos também a mudar os indicadores sócioeconômicos que a gente tem, porque, afinal de contas, estamos em um estado e uma região com os piores e indicadores, seja saúde, educação, comunicação, infraestrutura, de acesso à água”, apontou. Ações positivas Há exatos 20 anos, o Instituto Mamirauá desenvolveu o Programa de Comercialização do Pescado, atual Programa de Manejo de Pesca. A ação teve como objetivo promover a conservação dos recursos pesqueiros por meio do manejo participativo. Além de estimular a extração sustentável e gerar renda. O Instituto leva o nome da reserva que está localizada a cerca de 600 km a oeste de Manaus, na região do curso médio do rio Solimões. Abrange uma área de 1.124.000 hectares, que passa pelos municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã. Com este programa, foi a primeira vez que cientistas, pesquisadores e populações ribeirinhas começaram a falar a mesma língua, e a pesca predatória foi afastada do mapa da comunidade. Segundo o Instituto, o manejo participativo da pesca de pirarucus (Arapaima gigas) ajudou a aumentar em, aproximadamente, 447% o estoque natural da espécie, nas áreas manejadas da Reserva Mamirauá, além do incremento na renda dos pescadores da região. Foi registrado também a recuperação dos estoques de pirarucu nas áreas manejadas e a adesão de maior número de pescadores (incluindo as colônias e sindicatos), que viu sua renda aumentar. Além disso, houve o crescimento da oferta de produtos legalizados no mercado local. Esta notícia foi publicada em 22/05/2018 no site g1.globo.com. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.